



Portfólio de PROJETOS

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
1ª VP	Nota Técnica explicativa ao Ato Regimental n. 1	Esclarecer sobre o alcance do Ato Regimental n. 1.	Facilitar a interpretação da norma.	Comissão Permanente de Regimento Interno	Estudos, redação, revisão e publicação.	Trabalho concluído.	
1ª VP	Repositório de jurisprudência e de informações do Judiciário catarinense sobre a pandemia do novo coronavírus	Necessidade de facilitar a pesquisa, ampliar a publicidade e a transparência, bem como favorecer a informação sobre decisões e encaminhamentos adotados em torno da pandemia do novo coronavírus.	Publicidade e facilidade no acesso à informação.	Academia Judicial Comissão Permanente de Jurisprudência	Estruturação, pesquisa, coleta de dados, organização do repositório, revisão e publicação.	Trabalho implantado e em andamento.	
CEVID	Elaboração de material informativo sobre violência contra as mulheres	Necessidade de dar ferramentas aos magistrados, servidores e colaboradores no enfrentamento da violência contra as mulheres nas campanhas, projetos e programas promovidos pelo CNJ, PJSC e locais.	Magistrados e servidores terão material para utilização em programas de capacitação, prevenção, ações afirmativas e para orientação dos usuários.	Assessoria de Imprensa NCI CEVID	Elaboração ou atualização do material. Produção gráfica. Divulgação do material.	O material de divulgação (cartilhas) foi atualizado e encaminhado ao NCI para a criação de versão mais moderna. Campanha do mês da mulher em parceria com o NCI e Assessoria de Imprensa. Criação de um vídeo institucional e matérias especiais, compiladas em revista digital, distribuída a todos os magistrados por e-mail. Criação de cartilha sobre relacionamentos abusivos (em fase de criação gráfica).	Vídeo "Ouça o que elas têm a dizer", que teve mais de 3 mil visualizações no Instagram do TJSC e mais de 700 no Youtube. Cartilhas distribuídas para ações em março: Dê um Basta: 2.370; Educar para Transformar: 1.415; Perguntas e Respostas: 2.060. Fôlder Medidas Protetivas para Eles: 1.750.

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CEVID	Elaboração de vídeos para apoiar a realização dos programas da CEVID	Necessidade de que os demais setores conheçam as ações e projetos produzidas pela CEVID.	Magistrados e servidores terão ciência das ferramentas disponíveis para utilização nas ações promovidas nas comarcas.	Academia Judicial NCI CEVID	Seleção do material a ser divulgado. Produção dos vídeos. Divulgação do material.	Seleção do material a ser divulgado. Produção dos vídeos. Divulgação do material.	Por força da Resolução GP n. 14/2020, o projeto foi suspenso pela CEVID, com previsão de retomada em momento oportuno.
CEVID	Semana da Justiça pela Paz em Casa	Elevado número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. - Resolução CNJ n. 254/2018, que institui as Semanas da Justiça pela Paz em Casa. - Resolução Conjunta TJ/CGJ n. 26/2019, que regulamenta a atuação do PJSC e das comarcas.	Realizar esforços concentrados para julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídios, e ações afirmativas de informação e orientação. Diminuir o número de processos por meio dos julgamentos de processos e da prevenção.	CNJ CEVID CGJ Comarcas (varas com competência para violência doméstica e tribunal do júri)	3 semanas: março, agosto e novembro. Informar ao CNJ, por meio de formulário próprio, na semana seguinte à Semana da Justiça pela Paz em Casa. Elaborar relatório com as ações e participações para incluir em ficha funcional.	Foi realizada a 16ª Semana da Justiça pela Paz em Casa no período de 9 a 13 de março. Dezoito comarcas comunicaram sua adesão à campanha, seja por meio de julgamentos e decisões em processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídios, seja por meio de ações afirmativas.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CEVID	Seminário de Direitos Humanos – solicitação do Min. das Mulheres	Capacitação dos magistrados e servidores em direitos fundamentais sob a perspectiva de gênero para aplicação do Formulário de Avaliação de Risco, nos termos das Resoluções CNJ n. 284/2019 e CNJ/ CNMP n. 5/2020.	Magistrados e servidores terão a capacidade de identificar os fatores que contribuem para a violência de gênero contra mulheres em situação de risco, compreender os objetivos e preencher o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida.	Academia Judicial CEVID	Elaboração do conteúdo programático. Definição e contratação dos conteudistas. Elaboração e aprovação do conteúdo. Formatação do curso (EaD). Oferecimento do curso.	O conteúdo programático foi elaborado e encaminhado à Academia Judicial. Contudo, determinou-se seu arquivamento, por força da Resolução GP n. 14/2020, que dispõe sobre a suspensão temporária da realização de despesas no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, com a possibilidade de a CEVID retomar o projeto em 2021.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ CEJA	Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção	O Estado de Santa Catarina vem realizando encontros dessa natureza desde o ano de 2004. O 1º Encontro Estadual ocorreu em Jaraguá do Sul, e os demais eventos ocorreram nas comarcas-sede de grupos de estudos e apoio à adoção. Esses eventos têm o propósito de fortalecer o movimento de pessoas que integram os grupos, como pais adotivos, interessados em adoção e profissionais envolvidos com o tema. Oportuniza, sobretudo, o compartilhamento de experiências entre aqueles que já adotaram e os que pretendem fazê-lo. Discutem-se projetos, elucidam-se dúvidas, e incentivam-se as comunidades que ainda não têm grupos a criá-los. Também participam profissionais dos programas de acolhimento (abrigos), como forma de integrar os dois projetos, que têm como fim único o melhor atendimento à criança e ao adolescente institucionalizado.	Objetivo: Propiciar capacitação conjunta aos profissionais dos serviços de acolhimento, membros dos grupos de estudos e apoio à adoção, profissionais do Poder Judiciário e do Ministério Público, como forma de garantir trabalho articulado e qualificado, sendo o foco a criança e o adolescente em situação de abandono ou de risco. Resultados esperados: - promover integração entre os setores da sociedade civil e o Poder Judiciário; - discutir questões afetas às adoções e situação das crianças/adolescentes acolhidos, bem como as condições de funcionamento dos serviços de acolhimento; - capacitar profissionais dos serviços de acolhimento; - estimular a criação e a manutenção dos grupos de estudos e apoio à adoção.	Comissão Estadual Judiciária de Adoção - CEJA Setores afins da Academia Judicial Diretoria de Material e Patrimônio	Agosto/2020 - organização do evento. Novembro/2020 - realização do evento.	Projeto ainda não iniciou.	Atividade: Realizar um evento por ano, no qual participam em torno de 400 pessoas, entre profissionais internos e externos. Meios de verificação: - lista de presença; - fotos.

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo II	Código de Normas Anotado	O projeto justifica-se porque a inserção no Código de Normas da CGJ, como referências adicionais, dos demais normativos e orientações internos – respeitadas, sempre que possível, as matérias específicas de cada parte daquele código (inclusão de referências específicas em cada seção/capítulo) – permitirá ao interessado um acesso “global” ao assunto de interesse.	Elaborar um novo código de normas anotado, com unificação, no que for possível, das referências aos demais normativos e orientações internos. Como resultado, espera-se a facilitação, ao interessado, da forma de pesquisa interna da matéria de seu interesse.	Núcleo II e demais setores da CGJ que podem colaborar, no âmbito de suas especialidades, com o fornecimento de informações sobre os normativos e as orientações passíveis de inserção no CNCJGJ Anotado	TAP aberto em 02/03/2020. A próxima fase, de caráter inicial, diz respeito à organização, no CNCJGJ, dos normativos e orientações indicados por setores da CGJ em resposta à solicitação efetuada pelo Núcleo II por e-mail. Posteriormente, será ampliada a pesquisa dos normativos e orientações, com a busca por informações complementares nas páginas de consulta do TJSC e da CGJ. A alimentação do novo CNCJGJ Anotado será gradual, consideradas a complexidade e a extensão do normativo.	TAP elaborado. Encaminhados e-mails aos setores do CGJ que, em razão de suas competências, poderiam colaborar com a indicação de normativos e orientações internos. Período inicial de colaboração finalizado.	
CGJ Núcleo II	Criação do CGJ Informa	Necessidade de aprimoramento da comunicação com comarcas e varas.	Criação de um documento que concentre todas as comunicações emitidas pela CGJ na última semana, a ser divulgado uma vez por semana. Além de se condensarem as informações em um único documento, a identificação dos assuntos passou a ser mais específica a fim de auxiliar o leitor na busca pela informação.	Núcleo II Gabinete da Corregedora Divisão Administrativa	Finalizado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo II	Pesquisa de opinião de magistrados e servidores	Intenção de colher sugestões e críticas acerca da atuação da Corregedoria a fim de melhor definir sua área de atuação.	Iniciativa inaugural da nova gestão, que promoveu uma consulta ampla e irrestrita a magistrados e a servidores do primeiro grau a fim de coletar sugestões, elogios e críticas sobre a atividade correicional. O documento, que reuniu material muito rico a ser trabalhado, servirá de norte para as atividades da atual gestão.	Núcleo II Gabinete da Corregedora	Finalizado.	Coletaram-se, ao todo, 381 respostas: 90 de magistrados e 291 de servidores.	
CGJ Núcleo IV	Atendimentos de reuniões presenciais pelo corregedor-geral do foro extrajudicial e pelo juiz corregedor do Núcleo IV	Solicitações de partes e interessados.	Prestar atendimento aos solicitantes, ouvindo pedidos, reclamações e sugestões, bem como orientando procedimentos.	Delegatários, interventores, interinos e advogados	Não aplicável.	Não disponível.	Não aplicável.
CGJ Núcleo IV	Normativos em geral	Necessidade de regulamentação das atividades notariais e registras e dos serviços prestados pelos órgãos reguladores.	Padronização dos referidos serviços e das mencionadas atividades, com o consequente aumento da eficiência e satisfação da sociedade.	Integrantes do Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça	Não aplicável.	Provimentos: 9. Circulares: 38. Portarias: 3.	Documentos: provimento, circular e portaria.

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo IV	Normativos relacionados à pandemia da COVID-19	Necessidade de regerar as atividades extrajudiciais praticadas pelos notários e registradores durante o período da pandemia da COVID-19.	Regramento das atividades extrajudiciais durante o período da pandemia da COVID-19.	Todos os assessores do Núcleo IV	Não aplicável.	Provimentos: 4. Circulares: 7. Portarias: 1.	Documentos: provimento, circular e portaria.
CGJ Núcleo IV	Reuniões com entidades e autoridades ou setores do TJSC	Solicitações das entidades ou necessidade de alinhar procedimentos entre os envolvidos.	Alinhamento de procedimentos, encaminhamento de pedidos.	Anoreg, Arpen, IEPTB, Sindicato, Comissão de Direito Notarial e Registral da OAB, Associação de Interinos, DTI, assessores do Núcleo IV, Assessoria do Gabinete do Corregedor, corregedor-geral do foro extrajudicial e juiz corregedor do Núcleo IV	Não aplicável.	Não disponível.	Não aplicável.
CGJ Núcleo IV	Solução de demandas da Central de Atendimento da CGJ	Necessidade de ofertar informações consolidadas ou providências adotadas aos delegatários e órgãos reguladores, usuários das atividades notariais e registras e dos serviços forenses, e órgãos públicos em geral.	Prestação de informações consolidadas ou providências adotadas aos delegatários e órgãos reguladores, usuários das atividades notariais e registras e dos serviços forenses, e órgãos públicos em geral, com aumento da eficiência e confiança no Extrajudicial.	Integrantes do Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça	Não aplicável.	1700.	Correspondências respondidas por meio da Central de Atendimento da CGJ.

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo IV	Submissão de atos normativos ao Conselho da Magistratura	Necessidade de alterar normas em razão da vigência da nova lei de emolumentos (LC n. 755/2019) e também referendar atos da Corregedoria que trataram de temas afetos às competências do Conselho da Magistratura (expediente dos serviços extrajudiciais e emolumentos).	Resolução CM n. 2/2020 e resolução proposta para aprovação na sessão do CM de 29/04/2020.	Assessoria de Emolumentos DDI/Secretaria Técnica de Elaboração Normativa Conselho da Magistratura Gabinete do Corregedor-Geral do Foro Extrajudicial	1 – Reuniões internas; 2 – Elaboração de Minuta; 3 – Submissão à Secretaria Técnica de Elaboração Normativa; 4 – Elaboração de justificativa e encaminhamento ao Conselho da Magistratura; 5 – Submissão à votação do Conselho da Magistratura.	2.	Não aplicável.
CGJ Núcleo V	Atividade de rotina: Central de atendimento eletrônico	Atender, como órgão de orientação, controle e fiscalização, aos questionamentos de magistrados, servidores e jurisdicionados.	Apreciar os questionamentos encaminhados e elaborar respostas a fim de auxiliar os consulentes.	Núcleo V – Direitos Humanos	Permanente.	No período, foram realizados 153 atendimentos.	
CGJ Núcleo V	Atividade de rotina: E-mail, atendimento pessoal e telefônico	Responder os questionamentos dos magistrados, servidores e jurisdicionados nas matérias atinentes ao Núcleo V.	Apoiar e orientar o primeiro grau e os jurisdicionados no que toca aos temas afetos ao Núcleo V.	Núcleo V – Direitos Humanos	Permanente.	No período, foram efetivados 367 atendimentos.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 117/2020	Infância e Juventude. Recomendação Conjunta n. 1/2020 expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelos Ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos. Cuidados com crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento.	Encaminhar aos magistrados que atuam na área da infância e da juventude, para ciência e providências que se fizerem necessárias, cópia da Recomendação Conjunta n. 1/2020.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 66/2020	Orientações aos juízes que atuam nas áreas criminal, de execução penal e da infância e da juventude. Procedimentos a serem adotados nos casos de não realização de audiência de custódia e nos cumprimentos de mandados em unidades prisionais e socioeducativas.	Orientações destinadas aos magistrados e servidores que atuam nas áreas criminal, de execução penal e da infância e da juventude enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional - GMF	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 75/2020	Circular emitida para divulgação da decisão proferida pelo corregedor nacional de justiça, ministro Humberto Martins, referente à realização das audiências concentradas de que trata o Provimento n. 32 da Corregedoria Nacional de Justiça em face da pandemia da COVID-19.	Divulgação de decisão do CNJ aos juízes que atuam na área da infância e da juventude. Medidas preventivas enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 77/2020	Circular emitida para divulgação da nota pública emitida pelos Ministérios da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos referente às medidas de prevenção ao coronavírus nas unidades de acolhimento institucional.	Divulgação de nota pública aos magistrados que atuam na área da infância e da juventude e à Secretaria de Assistência Social do Estado de Santa Catarina.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 80/2020	Circular de divulgação aos juízes corregedores dos estabelecimentos prisionais. Solicitação do Supremo Tribunal Federal sobre as medidas adotadas pelos magistrados para conter a pandemia da COVID-19 nas unidades prisionais.	Circular de divulgação. Solicitação de informações aos juízes corregedores das unidades prisionais. Medidas adotadas nos ergástulos para evitar a propagação do vírus causador da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 81/2020	Orientações aos juízes que atuam nas varas de execução penal e da infância e da juventude. Inspeção nas unidades prisionais, socioeducativas e nas instituições de acolhimento enquanto perdurar a pandemia da COVID-19. Possibilidade de contato remoto com referidas unidades.	Orientações destinadas aos magistrados que atuam nas áreas de execução penal e da infância e da juventude durante o período de restrição sanitária. Inspeção das unidades de forma remota enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Comunicado Eletrônico n. 9/2020	Orientações sobre a análise prioritária do auto de prisão em flagrante durante o período de restrição sanitária.	Orientações destinadas aos juízes que atuam na área criminal para que, não sendo o caso de realização de audiência de custódia, recebido o auto de prisão em flagrante, promovam de forma prioritária a análise acerca de prisão ilegal com relaxamento do flagrante ou da viabilidade de concessão da liberdade provisória, ainda antes da oitiva ministerial. Não vislumbrando a possibilidade de soltura imediata, o juízo deve intimar, em caráter de urgência, o Ministério Público e a defesa constituída, ou a Defensoria Pública, para manifestação, para após decidir acerca da conversão da prisão em preventiva.	Núcleo V - Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Orientação Conjunta CGJ/CEVID n. 7/2020	Orientações sobre a prorrogação do prazo de eficácia das medidas protetivas em virtude da disseminação da COVID-19 e sugestão de outras providências e medidas voltadas à prevenção do aumento dos casos de violência doméstica enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Orientações destinadas aos juízes que atuam na área da violência doméstica e familiar contra a mulher enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos CEVID	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Orientação Conjunta CGJ/CIJ-MPSC/SDS n. 8/2020	Orienta sobre a adoção de medidas preventivas destinadas à proteção dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto enquanto persistir a situação de pandemia da COVID-19.	Orientação destinada aos magistrados que atuam na área da infância e da juventude, bem como aos promotores de justiça e à equipe técnica municipal no que tange ao cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos MPSC - CIJ	Procedimento arquivado. Foi realizada live no dia 22/abr. para elucidação das dúvidas atinentes à orientação conjunta.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Orientação Conjunta CGJ/GMF n. 6/2020	Estabelece novas diretrizes aos magistrados que atuam na área criminal, de execução penal e da infância e juventude em relação ao avanço do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional e socioeducativo de Santa Catarina. Revoga a Orientação Conjunta n. 5/2020.	Novas orientações destinadas aos magistrados que atuam nas áreas criminal, de execução penal e da infância e juventude enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V - Direitos Humanos Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional - GMF	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ Núcleo V	COVID-19 Orientação Conjunta CGJ/GMF n. 8/2020	Orientações com relação ao conteúdo da Circular CGJ n. 66/2020. Medidas preventivas. COVID-19. Necessidade de análise imediata dos autos de prisão em flagrante durante o período de restrição sanitária.	Orientações destinadas aos magistrados que atuam na área criminal enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V – Direitos Humanos Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Orientação Conjunta CGJ/GMF n. 5/2020	Estabelece diretrizes aos magistrados que atuam na área criminal, de execução penal e da infância e juventude em relação ao avanço do coronavírus (COVID-19) no sistema prisional e socioeducativo.	Orientações destinadas aos magistrados que atuam nas áreas criminal, de execução penal e da infância e juventude enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V – Direitos Humanos Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional – GMF	Procedimento arquivado.		
CGJ Núcleo V	COVID-19 Circular CGJ n. 69/2020	Circular de orientação aos juízes do Estado de Santa Catarina referente à realização do exame de corpo de delito durante o período da pandemia da COVID-19.	Orientações destinadas aos juízes do Estado acerca da realização do exame de corpo de delito enquanto perdurar a pandemia da COVID-19.	Núcleo V – Direitos Humanos	Procedimento arquivado.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
CGJ-Extra	Publicação eletrônica (Autos n. 0001463-50.2018)	Benefícios: a divulgação dos atos por meio do site do Tribunal de Justiça concentra as publicações das diversas especialidades extrajudiciais, sem custo para o usuário. Ademais, facilita a este o acesso ao conteúdo das publicações, promovendo verdadeira publicidade.	Descrição sucinta: publicar no Diário da Justiça Eletrônico atos praticados pelos serviços extrajudiciais, tais como proclamas (Código Civil, art. 1.527) e notificações a proprietários e confinantes de imóveis usucapiendos (Provimento n. 64/2017 do CNJ), bem como ao fiduciante nos casos de alienação fiduciária (Lei n. 9.514/1997, art. 26, § 1º), entre outros.	Assessoria de Informática da CGJ DTI DDI/Seção de Publicações Assessores dos Subnúcleos de Registro Civil, Registro de Imóveis e Protestos, do Núcleo IV	Não definidas.	Não aplicável.	
CGPD	Criação de portal do CGPD e de cartilha orientadora sobre proteção de dados pessoais e privacidade	Apresentar de forma didática o assunto inerente à proteção de dados pessoais para o maior número de pessoas possível.	Criação de site com material sendo atualizado periodicamente. Publicação de cartilha sobre privacidade e proteção de dados.	CGPD Presidência Academia Judicial	Análise de viabilidade financeira (abr./2020). Criação do site (maio/2020). Confecção da cartilha (maio/2020). Distribuição da cartilha (jun./2020).	Em fase inicial de estudo junto ao Núcleo de Comunicação Institucional para definição de leiaute e conteúdo do portal.	Não aplicável.

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DGP	Conheça a Folha de Pagamento	Necessidade de esclarecer ao servidor do Poder Judiciário de Santa Catarina os principais questionamentos sobre folha de pagamento e benefícios, de forma a promover o fortalecimento do Portal do Servidor, a melhoria da comunicação institucional e a autonomia dos servidores na busca de informações institucionais.	Esclarecer dúvidas relacionadas à folha de pagamento do servidor. Fortalecer o Portal do Servidor. Melhorar a comunicação institucional.	Melina de Jesus dos Santos (gerente) Anderson Luiz Dutra Mota Carla Coelho Pereira Carolina Ramos Dalló Lys Teixeira Karine da Rosa Mendonça Caroline Faria Junkes Gavazini Odilon Luciano Guilherme Villas Garcia Silvano do Amaral Sandra Manes Guesser Rafael Giorgio Ferri Tathiana Nogueira Mendes Carlin - NCI	15/abr. – Reunião Kickoff. 23/abr. – Apresentação inicial dos questionamentos mais frequentes relacionados a folha de pagamento; definição da estrutura do documento. 06/maio – Apresentação ao grupo de trabalho do documento alinhado nos termos definidos na reunião do dia 23/04. Maio – Análise pelas equipes de negócio e deliberações internas entre os membros da equipe do projeto. Maio – Avaliação do material pelo Comitê de Gestão de Pessoas – COGEP. Junho – Análise do leiaute pelas equipes de negócio e Núcleo de Comunicação Institucional e definições quanto à disponibilização do documento no Portal do Servidor. Junho – Implementação da primeira etapa do projeto no Poder Judiciário de Santa Catarina até 30.06.2020.	Fase de coleta de dados (repositório de perguntas frequentes sobre folha de pagamento) e definição do leiaute de apresentação do projeto.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DGP	Dicas Legais	Necessidade de fortalecimento do site do Poder Judiciário de Santa Catarina e do Portal do Servidor, de forma a aumentar seu alcance e melhorar a comunicação da organização e a autonomia dos servidores em busca de informações institucionais.	Orientar, esclarecer e difundir questões relacionadas a direitos e deveres e ligadas direta ou indiretamente à vida funcional. Fortalecer o Portal do Servidor. Publicação de postagens periódicas com dicas sobre direitos e deveres no Portal do Servidor.	Anderson Luiz Dutra Mota (gerente) Carolina Ramos Dalló Michelly do Nascimento Silva Daiana Viana Patrick Steil Miranda Ingrid Audrey Schauffert Ariane Rozicki Jamara Correa de Abreu Rafael Giorgio Ferri Lourenço Maciel de Bem Marcelo Parisi Freitas	06/maio – Definição dos temas e da periodicidade de publicação. 07/maio – Solicitação da elaboração da identidade visual. 20/maio – Definição dos responsáveis pela produção textual. 1º/jun. – Primeira publicação no Portal do Servidor. 1º/jun. – Acompanhamento do projeto.	Planejamento concluído. Início da fase de levantamento dos temas que serão publicados.	
DGP	Gestão de Pessoas em Foco	Fortalecimento do Portal do Servidor e das políticas estratégicas de gestão e de desenvolvimento de pessoas.	Veiculação do tabloide.	Deborah Moraes de Jesus (gerente) Juliana Dias Silva Marcelo Dias e Silva Marcelo Parisi Freitas Tathiana Nogueira Mendes Carlin – NCI Rafael Giorgio Ferri	29/abr. – Reunião de alinhamento com o Núcleo de Comunicação Institucional. Maio – Definição dos conteúdos, periodicidade. Maio – Identificação dos recursos para implementação do projeto: artes visuais, software. Junho – Projeto-piloto.	Realizada reunião inicial de alinhamento com o Núcleo de Comunicação Institucional para definição do escopo do projeto, bem como alinhamento inicial quanto ao conteúdo que deverá ser veiculado, periodicidade e tipo de recursos e mídias que serão utilizados.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DOF	Portal da Transparência	Adequar-se às exigências da LRF de disponibilização em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, do TCE e do CNJ. Ampliar a transparência na administração pública.	Construir e disponibilizar painéis conectados às bases de dados do BoaVista e AJG utilizando o Power BI. Apresentar melhorias futuras com o ERP. Promover revisão geral do Portal da Transparência.	Diretoria de Orçamento e Finanças Asplan	Disponibilização da ferramenta Power BI. Capacitação. Governança dos dados. Construção dos painéis. Disponibilização dos painéis no Portal da Transparência.	Disponibilizado o Módulo de AJG, contendo informações de número de assistidos, cadastros profissionais, pagamento de honorários e contribuição previdenciária patronal. O Módulo de Receitas e Repasses foi finalizado e aguarda a publicação. O Módulo de Execução Orçamentária segue em fase de testes, necessitando de ajustes e reformulação para correção de valores e de lentidão.	Número de conjuntos de informações em painéis de BI disponibilizados. Número de exigências cumpridas da LRF e do TCE relativas à transparência. Média mensal de acessos e visualizações.
DTI	Acessibilidade dos portais e sistemas do PJSC	Os órgãos públicos devem implementar a acessibilidade em seus sistemas (de uso interno e externo), sites e portais, conforme a Resolução CNJ n. 230/2016.	Possibilitar que pessoas com deficiência tenham acesso aos sistemas e portais do PJSC.	Área demandante: Presidência Área executora: DGA/DTI/DSA/Seção de Desenvolvimento de Sistemas	Estimativa de esforço: 6 a 13 meses.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Ampliação do sistema de videoconferência (BBB)	Aumento da demanda, inviabilizando as videoconferências com perdas de áudio/vídeo e gravação, forçando o retrabalho em todo o Estado devido ao grande volume não esperado.	Segurança e disponibilidade do sistema, propiciadas pelo acréscimo de equipamentos em sua infraestrutura.	Equipe da Seção de Telecomunicações Chefe da Divisão de Redes de Comunicação Patrocinador: Presidência Envolvidos externos: empresa ASTSER	Etapa 1: inclusão de 3 máquinas com o apoio da Divisão de Infraestrutura de TI e balanceamento feito pela empresa. Etapa 2: solução emergencial para atender a videoconferência em massa: mais 4 servidores no pool. Atualmente com 8 servidores de videoconferência de forma balanceada.		
DTI	Aquisição de ferramenta para gestão de conteúdo do portal institucional	Estudo e elaboração dos documentos previstos na Resolução GP n. 35/2017 para a aquisição de solução que permita a gestão do portal institucional através de ferramenta de CMS (Content Management System).	Obter agilidade e ampliar a produtividade na construção, disponibilização e atualização de páginas, portais e sítios. Maior segurança, alta disponibilidade, ampliação da produtividade e descentralização da gestão.	Área demandante: DSA Área executora: DTI/DAS	Previsão de término em 31/12/2020.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Evolução do Portal de Acesso a Informação e Transparência	O Portal de Acesso a Informação e Transparência ainda não atende 100% às legislações correspondentes. Em 2016, foi recebido o Ofício n. 10.020/2016, do Processo RLA n. 16/00297592, proveniente do Tribunal de Contas do Estado, com algumas providências a serem tomadas pelo TJSC.	Melhorar o acesso da sociedade a informações, conforme previsto na legislação vigente. Melhoria na apresentação dos dados.	Área demandante: Presidência Área executora: DTI/DAS	Estimativa de esforço: 1 a 3 meses.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Gerenciamento de indicadores de desempenho ambiental e econômico do PLS – PJSC	O conhecimento do desempenho nos indicadores ambientais da unidade ocorre apenas a partir da publicação do balanço socioambiental publicado pelo CNJ um ano e meio após o término do ano de referência. Não há a possibilidade de as áreas acessarem imediatamente os resultados de cada uma das temáticas em tempo real e em comparação com o desempenho dos anos anteriores. Promoção do uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos mediante fomento ao aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, atributos socioambientais alinhados ao planejamento estratégico.	Agilidade, segurança e confiabilidade no uso e tratamento dos dados de indicadores e variáveis ambientais do Plano de Logística Sustentável do PJSC. Agilizar o fluxo de trabalho entre as áreas. Aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados. Acompanhamento on-line dos índices de consumo nas comarcas. Promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social (Res. CNJ n. 201/2015).	Área demandante: Secretaria de Gestão Socioambiental Área executora: DTI/DAS	Estimativa de esforço: 3 a 5 meses.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Inclusão de acórdãos do Órgão Especial na base de jurisprudência	O SEI foi adotado para a tramitação dos processos administrativos do Órgão Especial e, como não tem integração com a base de Consulta à Jurisprudência, os documentos não estão compondo essa base jurisprudencial, sendo que não existem meios para cadastrá-los naquele sistema.	Inclusão dos acórdãos dos processos administrativos do Órgão Especial que tramitaram no SEI na base Consulta à Jurisprudência.	Área de negócio: DGJ/ Secr. Órgão Especial Diogo Luiz Bizatto - DAS (gerente) Otávio Rodrigues Ramos (membro do projeto)			
DTI	Inclusão do valor do ISS no sistema do selo digital	A Lei Complementar estadual n. 730/2018 definiu que o ISS deve compor o valor cobrado do usuário do serviço notarial e de registro. A modelagem do selo digital não possibilita que a informação seja lançada.	Atender à Lei Complementar estadual n. 730/2018. O selo digital deverá possibilitar que os responsáveis pelas serventias extrajudiciais tenham meios de lançar o valor pago a título de ISS.	Área demandante: CGJ/ Núcleo IV Área executora: DTI/DSA/Seção de Desenvolvimento de Sistemas ou DTI/DSA/Seção de Arquitetura de Sistemas	Estimativa de esforço: 1 a 3 meses.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Infraestrutura de TI – Redes de Comunicação	A transformação vivida no PJSC nos últimos anos tem demandado cada vez mais dos recursos digitais para a prestação jurisdicional e o desempenho de funções administrativas. Nesse sentido, é necessário o redimensionamento das redes de comunicação interna com a externa para atender ao crescente aumento da conectividade na instituição.	Gerar economia com gastos de telefonia para o PJSC por meio da ampliação do uso da tecnologia Voip. Aumentar a disponibilidade da conexão das unidades do PJSC com a internet.	DTI e áreas demandantes	-	Finalização do Projeto Básico de telefones IP. Finalização da instalação do Projeto de Links. Finalização dos Estudos Preliminares da nova operadora de link de dados e serviço de monitoramento de links. Finalização do Projeto Básico para a nova solução de proteção (antivírus). Conclusão da primeira etapa da implantação da metodologia de ZeroTrust nos acessos ao DataCenter e VPN. Revisão dos fluxos de solicitações via central de serviços. Implementação do aviso de mensagem externa no recebimento de e-mails. Análises de Segurança já realizados: análise de vulnerabilidades das senhas internas. Elaboração de parecer sobre nova política de senhas. Material enviado para o gabinete para que promova a política de senhas no TJSC. Operação de reorganização da infraestrutura de TI para operacionalizar o home office. Produção de manuais sobre videoconferência. Capacitação dos desembargadores e servidores para viabilizar reuniões e sessões por videoconferência. Adequação dos sistemas de acesso a internet de forma a mitigar e balancear o tráfego entre as operadoras. Adequação de todas as centrais telefônicas do Estado de forma a permitir o Siga-me. Criação de regras de segurança nos equipamentos de segurança do Poder Judiciário.	

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
DTI	Portal dos recursos repetitivos	A página do NUGEP não dá a visibilidade necessária para os recursos repetitivos. Há multiplicidade de ações idênticas que sobrecarregam a Justiça catarinense. Importância da criação de precedentes para desafogar o sistema, uniformizar decisões, trazer segurança jurídica a todos e viabilizar velocidade na resposta em benefício do cidadão”.	Dar maior visibilidade aos recursos repetitivos. Promover o eficiente acesso e a pesquisa de usuários internos e externos. A divulgação dos temas e julgamentos dos recursos repetitivos contribui para a celeridade e a economia processuais, podendo até mesmo abreviar tramitações processuais. O dados publicizados têm influência direta nas ações judiciais em curso, porque são utilizados na formação de decisões judiciais que podem acarretar a redução da duração da marcha processual.	Área demandante: NUGEP Área executora: DTI/DSA/Seção de Desenvolvimento de Sistemas	Estimativa de esforço: 1 a 3 meses.		

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
NCI - AI	Atividades da Assessoria de Imprensa - análise de mídia			Assessoria de Imprensa	-	<p>O cenário de pandemia provocado pelo novo coronavírus, com a imposição do isolamento social e a predominância do assunto em todos os meios jornalísticos, não impediu a repercussão significativa dos atos do Poder Judiciário catarinense na imprensa do Estado e do país. Entre os últimos meses (de março a abril), a Justiça de Santa Catarina recebeu ao menos 1,8 mil citações em publicações de jornais impressos e on-line, além de veiculações nas emissoras de rádio e TV. As abordagens foram amplamente favoráveis ao PJSC: praticamente 90% do conteúdo recebeu tratamento editorial positivo, com destaque para as contribuições financeiras no combate à COVID-19, incluindo também as medidas adotadas no funcionamento em home office e a alta produtividade alcançada na prestação jurisdicional. Somente em março, o serviço de clipagem identificou 135 matérias com destaque para as contribuições financeiras do Judiciário. Outras 19 reportagens abordaram a temática do teletrabalho e a produtividade de magistrados e servidores. Em abril, 74 veiculações trataram dos repasses para a saúde e das medidas de redução de custos providenciadas pelo Judiciário, além de outras 16 voltadas à produtividade. A abordagem editorial considerada negativa não ultrapassou a marca de 1% do conteúdo veiculado, notadamente nos artigos de opinião que cobravam a redução de salários no poder público. Decisões judiciais do Tribunal e das comarcas catarinenses também repercutiram diariamente em veículos estaduais e de abrangência nacional, reforçando a atuação efetiva e ininterrupta do Poder Judiciário de Santa Catarina em meio à pandemia.</p>	<p>TJSC NA MÍDIA (1º mar. a 28/abr.) 1.887 citações: 89,8% positivas 8,8% neutras 1,4% negativas</p> <p>CITAÇÕES POR VEÍCULO Sites: 58% Rádios: 19% Jornais impressos: 14% TV 9%</p> <p>VALOR ESTIMADO EM MÍDIA ESPONTÂNEA R\$ 15,9 milhões</p>

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
NCI - AI	TJSC nas Redes Sociais			Assessoria de Imprensa	-	<p>As redes sociais do Judiciário catarinense tiveram crescimento expressivo nos meses de março e abril. No Facebook, os dois conteúdos de maior repercussão tiveram relação direta com a COVID-19: bloqueio de valores usados na compra de respiradores e repasse de R\$ 10 milhões para uso no combate ao coronavírus. Uma publicação voltada à produtividade do Judiciário foi a terceira com maior engajamento.</p>	<p>CRESCIMENTO Instagram: 42% Facebook: 20% Twitter: 11%</p> <p>CONTEÚDOS MAIS REPERCUTIDOS NO FACEBOOK</p> <ul style="list-style-type: none"> - Juíza suspende pagamento e bloqueia R\$ 33 milhões para compra de respiradores em SC 1.550 curtidas 377 compartilhamentos - Tribunal de Justiça destina R\$ 10 milhões ao Estado para auxiliar combate ao coronavírus 602 curtidas 85 compartilhamentos - Produtividade do Judiciário catarinense é destaque nacional 424 curtidas "amei" <p>No Instagram, uma publicação com a hashtag #AJustiçaNãoPara, mostrando uma servidora em home office, alcançou o maior engajamento nessa rede social, com 2,9 mil curtidas.</p>

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
NCI - AI	TJSC no Portal			Assessoria de Imprensa		<p>Entre março e abril, a audiência do conteúdo exposto no site do Poder Judiciário catarinense esteve próxima da marca de 12 milhões de visualizações. Nos dois meses analisados, o site foi acessado por 776,9 mil novos usuários. Em média, cada visitante passou mais de 3 minutos na página. O período de pandemia também consolidou o Judiciário catarinense como o tribunal do país que mais produz informação: foram publicadas 277 notícias entre 18 de março, data da instituição integral do regime de home office, e o último dia (30) de abril. Aproximadamente três em cada quatro publicações foram voltadas a assuntos institucionais. Em relação às decisões judiciais divulgadas, mais da metade tinha relação com a COVID-19.</p>	<p>PRODUÇÃO DE CONTEÚDO INFORMATIVO (18/mar. a 30/abr)</p> <p>TJSC: 277 TJPB: 243 TJDFT: 238 TJMS: 231 TJSP: 219 TJGO: 209 TJMG: 196 TJAL: 194 TJMT: 187 TJRN: 178 TJAC: 156 TJCE: 150 TJAP: 150 TJMA: 148 TJBA: 144 TJPA: 130 TJRO: 115 TJRS: 110 TJAM: 92 TJPR: 74 TJTO: 71 TJES: 58 TJPE: 53 TJSE: 48 TJRJ: 39 TJRR: 37 TJPI: 23</p> <p>CONTEÚDO NO SITE DO TJSC Institucional: 73% (TJSC: 41%) (Comarcas: 32%) Decisões (COVID-19): 15% Decisões (outras): 12%</p> <p>AUDIÊNCIA NO SITE Mar./2020 Usuários: 643.704 Novos usuários: 422.503 Sessões: 2.739.819 Visualizações de páginas: 6.748.721 Duração média de visita na página: 00h 03 min 27s</p> <p>Abr./2020 Usuários: 535.571 Novos usuários: 354.480 Sessões: 2.146.061 Visualizações de páginas: 5.066.116 Duração média de visita na página: 00h03min03s</p>

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	JUSTIFICATIVA	OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS	ENVOLVIDOS	ETAPAS	RESULTADOS ENTREGUES ENTRE FEVEREIRO E ABRIL/2020	INDICADORES
NCI	Aplicativo (app) do PJSC	Aprimoramento da comunicação por meio da disponibilização de alguns dos serviços do PJSC. O aplicativo não deve ser mera reprodução do site do TJSC, mas sim um prestador de serviços. Deve-se levar em consideração a pesquisa realizada no ano de 2019. Projeto a ser construído em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação.	Auferir interação maior e mais direta com o cidadão por meio de um conteúdo com linguagem jurídica simples e transparente.	Tathiana Nogueira Mendes Carlin – NCI (gerente) Gabinete da Presidência Diretoria Geral Administrativa Diretoria-Geral Judiciária Laboratório de Inovação Academia Judicial	Em reunião ficou acertado que o projeto deve ser discutido no Laboratório de Inovação.	Projeto encaminhado para o Laboratório de Inovação.	Não disponível.
NCI	PODCASTJSC – Desenvolvimento de produção em áudio no formato podcast para divulgar assuntos relacionados ao Judiciário.	Permitir que magistrados, servidores e cidadãos possam ouvir, a qualquer hora e em qualquer local, notícias sobre a Justiça catarinense.	Aprimorar a comunicação interna mediante a divulgação de ações estratégicas (metas e planejamento) e ações motivacionais (para manter o engajamento), e o apoio à gestão (processos para execução de tarefas). Pode ser executada em regime de home office.	Fabício Severino – Assessoria de Imprensa (gerente) Tathiana Nogueira Mendes Carlin – NCI	Na prática, a Assessoria de Imprensa já realiza diariamente diversos podcasts (com tema relacionado às postagens nas notícias publicadas no site do TJSC) no Soundcloud (https://soundcloud.com/tjscoficial), plataforma mais acessada atualmente para hospedagem de podcast. Mas aqui se sugere que ocorram pronunciamentos e entrevistas de magistrados e servidores.	Parte do projeto foi entregue no primeiro trimestre deste ano, pois a Assessoria de Imprensa realiza diariamente diversos podcasts (com tema relacionado às postagens nas notícias publicadas no site do TJSC) no Soundcloud (https://soundcloud.com/tjscoficial), plataforma mais acessada atualmente para hospedagem de podcast. No entanto, pretende-se utilizar a plataforma, em fase oportuna, para publicar podcast no formato de pronunciamentos e entrevistas de magistrados e servidores.	382 reproduções, 8 republicações e 15 comentários, segundo dados da mídia social Soundcloud, desde o advento da mídia (19/fev. a 03/maio de 2020).

Programa COMUNICAÇÃO

SETOR	NOME	SÍNTESE DO PROJETO	ATIVIDADES REALIZADAS	PRÓXIMAS ETAPAS
DDI	Disponibilização das capas e sumários on-line	O projeto tem por objetivo disponibilizar as capas e os sumários dos livros e periódicos que integram o acervo da Biblioteca Desembargador Marcílio Medeiros no Sistema Pergamum e no site da biblioteca, facilitando a identificação das obras desejadas e ampliando o conhecimento acerca do acervo disponível para consulta e empréstimo.	O projeto foi interrompido durante a suspensão das atividades presenciais. Em virtude do cancelamento da aquisição de obras impressas no ano de 2020, por conta das medidas de redução de despesas adotadas pela administração, a atividade poderá ser intensificada, caso se obtenha um segundo scanner, que será solicitado à Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TI.	
DDI	Padronização de tabelas básicas do SEI	O projeto tem por objetivo padronizar as tabelas básicas do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, compreendendo classes, tipos documentais, níveis de restrição de acesso e assuntos. Tal padronização aumenta o percentual de precisão dos dados estatísticos extraídos do sistema e possibilita o fornecimento de informações mais confiáveis para nortear o processo de tomada de decisão e de definição de políticas, além de racionalizar e otimizar os procedimentos internos.	Foi elaborado o Termo de Abertura de Projeto (TAP) em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação. A equipe se reunirá em breve para levantar e validar os questionamentos que serão utilizados nos estudos e consultas preliminares aos órgãos que utilizam o SEI.	
DRI	Manual dos prazos recursais	A Diretoria de Recursos e Incidentes, setor responsável pelo processo de análise e cumprimento das decisões terminativas proferidas pelos desembargadores, e pela efetivação das intimações e controle dos prazos processuais, detectou a necessidade de compilar, de forma unificada, as informações relativas a esses atos, acompanhadas da legislação correlata, para auxiliar os gabinetes e a equipe da Divisão de Editais na realização das intimações por meio eletrônico, via portal, no sistema eproc. A condensação dos prazos e da respectiva legislação num único documento eletrônico propicia ao usuário final acesso rápido a informação e segurança jurídica.	A Diretoria de Recursos e Incidentes, setor responsável pelo processo de análise e cumprimento das decisões terminativas proferidas pelos desembargadores, e pela efetivação das intimações e controle dos prazos processuais, detectou a necessidade de compilar, de forma unificada, as informações relativas a esses atos, acompanhadas da legislação correlata, para auxiliar os gabinetes e a equipe da Divisão de Editais na realização das intimações por meio eletrônico, via portal, no sistema eproc. A condensação dos prazos e da respectiva legislação num único documento eletrônico propicia ao usuário final acesso rápido a informação e segurança jurídica.	



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina